



Territorialidades em Conflito e Projetos de Desenvolvimento na América Latina

Marcelo Argenta Câmara
Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense
Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
argentacamara@hotmail.com

Resumo: Entendido sob uma leitura economicista que prioriza o crescimento econômico, a busca pelo desenvolvimento vem sendo usada como justificativa para a intensificação, em número e em escala, de grandes projetos extrativistas e infraestruturais em todo o continente. Essa política tem originado diversos conflitos com comunidades e povos cujos territórios se veem ameaçados pela presença desses grandes empreendimentos que provocam alterações permanentes nas formas de relação dessas populações com seus espaços de vida. Este trabalho parte da leitura de que esses são conflitos entre territorialidades, entendidas como as formas com que os diferentes grupos sociais se apropriam dos espaços e dos recursos necessários à construção de uma vida digna. Sendo assim, acredita-se que o desenvolvimento, na forma como pautado nas políticas econômicas latino-americanas atuais, é uma territorialidade de tipo específico que se sobrepõe a outras já existentes, gerando tensões e conflitos que marcam hoje o cenário político-social do continente.

Palavras-chave: Territorialidades, Conflito, Desenvolvimento

Resumen: Entendido desde una lectura economicista que prioriza el crecimiento económico, la búsqueda del desarrollo se ha utilizado como una justificación para la intensificación en el número y la magnitud de los grandes proyectos extractivos y de infraestructura en todo el continente. Esta política ha dado lugar a varios conflictos con las comunidades y los pueblos cuyos territorios se encuentran amenazados por la presencia de estas grandes empresas que producen cambios permanentes en las formas de relación de estas personas con sus espacios de vida. Este trabajo parte de la lectura de que se trata de conflictos entre territorialidades, entendidas como las formas en que diferentes grupos sociales apropiarse de los espacios y recursos necesarios para la construcción de una vida digna. Por lo tanto, se cree que el desarrollo, en la forma como guía en las actuales políticas económicas de América Latina, es un tipo específico de territorialidad que se superpone a las ya existentes, creando tensiones y conflictos que hoy enmarcan el escenario socio-político del continente.

Palabras clave: Territorialidades, Conflicto, Desarrollo

Introdução

Não seria equivocado afirmar que o “desenvolvimento” é uma verdadeira obsessão latino-americana. Como afirma Svampa (2011),

a busca pelo desenvolvimento não só é um tema recorrente no pensamento social latino-americano, como também podemos apontar o "desenvolvimento" como sendo um dos "conceitos-limite"¹ responsáveis pela projeção dos horizontes a partir dos quais pensar a sociedade e definir qual o perfil das relações entre economia e política, sociedade e natureza (SVAMPA, 2011, p. 186).

As razões para isso são até certo ponto justificadas: desde o período colonial, passando pelos processos de independência e de formação (e posterior consolidação) dos Estados-nacionais latino-americanos, esta foi uma região que conviveu, quase que permanentemente, com índices preocupantes de pobreza (e demais indicadores a ela associados) e, principalmente, com uma brutal desigualdade no acesso aos recursos para uma vida digna.

Sendo assim, é compreensível que uma importante parcela da comunidade acadêmica latino-americana, e uma considerável parte do pensamento político-econômico e social gerado no continente, tenha empreendido esforços na tentativa de compreender as causas daquilo que seria nosso subdesenvolvimento e, ao mesmo tempo, quais poderiam ser os passos no caminho para sua superação. Destaque-se, a título de exemplo e pela importância de sua contribuição, os trabalhos gestados na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a partir da segunda metade do século passado.

O caráter incontestável dos aspectos sociais que justificam a preocupação com nosso subdesenvolvimento talvez tenha sido o impeditivo para que uma reflexão crítica fosse feita ao próprio conceito. E, uma vez que era essa definição que pautava a política econômica e as políticas públicas na América Latina, a própria adequação dessas políticas passou imune a uma crítica mais aprofundada. Pensar, então, o que se entende por desenvolvimento deveria ser um passo obrigatório no momento em que se busca chegar a uma melhor solução para as grandes questões sociais ainda pendentes no continente.

Oriundo das ciências biológicas, desenvolvimento é um conceito que teve significado original na descrição do processo através do qual um determinado organismo progride em direção a sua maturidade biológica. Ou seja: um organismo desenvolvido é aquele que atingiu aquilo que se espera para sua própria espécie, sua "forma final":

¹ A autora faz referência à categoria "conceito-limite" proposta pelo sociólogo chileno Manuel Antonio Garretón (2011), que sugere que, de tempos em tempos, determinados conceitos tais como a modernização, a democracia, os direitos humanos e, como aqui apontado, o desenvolvimento, são adotados como conceitos normativos, dando sentido e organização ao conjunto de conhecimentos e às práticas profissionais e assumindo, assim, o caráter de meta a perseguir.

Um organismo se desenvolve à medida que progride em direção à sua maturidade biológica. Desenvolvemos uma ideia à medida que explicitamos tanto quanto possível o que nós pensamos que essa ideia “contém” implicitamente. Em suma: o desenvolvimento é o processo da efetivação do virtual, da passagem da *dunamis* à *énergéia*, da *potentia* ao *actus*. O que implica, é evidente, que *há* uma *énergéia* ou um *actus* que podem ser determinados, definidos, fixados, que já uma norma referente à essência daquilo que se desenvolve; ou, como teria dito Aristóteles, que essa essência é o tornar-se conforme a uma norma definida por uma forma “final”: a *entéléchéia*. Nesse sentido, o desenvolvimento implica a definição de uma “maturidade” e, além disso, a de uma *norma natural*: o desenvolvimento não passa de um sinônimo para a *phusis* aristotélica. Pois a natureza contém suas próprias normas, enquanto *fins* em direção aos quais os seres se desenvolvem, e que efetivamente atingem. (...) O desenvolvimento é definido pelo fato de atingir esse fim, enquanto norma natural do ser considerado (CASTORIADIS, 2002, p.146-147; grifos no original).

A transposição de tal conceito para uma análise comparativa entre as sociedades implica em entendê-las como organismos uniformes cujas diferenças seriam devidas, na verdade, aos diferentes estágios em que se encontram os distintos grupos dispostos em uma mesma linha evolutiva rumo a uma forma final idêntica. Os equívocos dessa interpretação nos parecem evidentes: não apenas se ignora a diversidade existente entre os diferentes grupos sociais – a “maturidade” de um grupo não necessariamente tem as mesmas características da “maturidade” de outro – como traz em si, implicitamente, uma ideia de hierarquia entre sociedades, onde o subdesenvolvimento teria origem na imaturidade da sociedade assim classificada.

De fato, a utilização usual do conceito de desenvolvimento se dá no sentido de comparação do crescimento econômico (geralmente, do PIB) das diferentes economias, a fim de alcançar os patamares dos países norte-ocidentais (desenvolvidos) para, talvez assim, permitir à população dos lugares subdesenvolvidos o acesso aos mesmos padrões de vida percebidos naquelas regiões. E mesmo que diferentes contribuições tenham tentado tornar essa leitura de desenvolvimento mais abrangente – incluindo parâmetros não-econômicos em sua aferição e trazendo à tona o debate sobre a questão da (desigualdade na) distribuição da renda² – o fato é que ainda hoje predomina uma leitura economicista sobre o tema, que reduz o significado de desenvolvimento a crescimento econômico. Entendido assim, o desenvolvimento como meta termina por ser uma obrigação dos formuladores das políticas econômicas para os diferentes Estados-nacionais cujos indicadores socioeconômicos os classificam na indesejada posição de subdesenvolvidos.

² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Gini operam nesse sentido.

Panorama Latino-Americano

Nas duas últimas décadas, a América Latina observou um ressurgimento sem precedentes do tema do desenvolvimento. As razões para isso vieram da concomitância de distintos processos políticos que resultaram numa conjuntura aparentemente favorável ao crescimento econômico da região e, conseqüentemente (assim se afirmou), ao tão almejado desenvolvimento. Entre esses elementos podemos citar:

- a) a ascensão à presidência, para a maior parte dos países da região, de políticos vinculados a uma proposta de governo que defendiam um maior protagonismo do Estado na condução das políticas econômicas, entre os quais podemos citar: Hugo Chávez, em 1998, na Venezuela; Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, no Brasil; Néstor Kirchner, em 2003, na Argentina; Evo Morales, em 2005, na Bolívia; e Rafael Correa, em 2006, no Equador;
- b) um cenário internacional favorável, onde o crescimento urbano-industrial dos gigantes asiáticos (China e Índia) representou um aumento sustentado na demanda por recursos naturais³;
- c) a abundância de fontes desses recursos no continente, fazendo com que essa demanda se tornasse uma “janela de oportunidades” para o fortalecimento dos setores primário-exportadores.

O desenvolvimento viria, assim, a partir da consolidação de uma estrutura econômica primário-exportadora, amparada num ordenamento dos territórios-nacionais construído em torno às atividades extrativistas e à consolidação de corredores de exportação, ideário materializado nos grandes projetos de integração de infraestruturas tais como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)⁴ e sua contraparte centro-americana, o Proyecto Mesoamérica (antigo Plan Puebla-

³ De acordo com a CEPAL, “a partir de 2003, o valor das exportações dos setores primários nos países da CEPAL, e na América Latina e no Caribe em geral, mostrou um crescimento inédito devido à alta dos preços internacionais dos metais, do petróleo bruto e de outros produtos básicos, que alcançaram máximos históricos em 2007 e 2008. O auge da demanda internacional de bens primários (minerais, hidrocarbonetos, soja e outros produtos básicos agrícolas) foi fundamental na melhora do desempenho macroeconômico e da posição fiscal dos países exportadores da região desde 2003. Depois dos meses de julho e agosto de 2008, quando os preços dos produtos básicos registraram uma forte queda devido à crise financeira mundial, vários países da CEPAL, exportadores desses bens, puderam expandir seu gasto público como medida de estímulo sobre a base das reservas fiscais acumuladas durante o auge dos preços anterior a 2008. Demonstraram, assim, os benefícios de contar com a capacidade de aplicar políticas fiscais anticíclicas, que reduziram o impacto da crise financeira de 2008 e 2009 sobre suas economias. (...) Em meados de 2013, não obstante, os preços dos bens primários exportados pelos países da CEPAL ainda se encontram em níveis historicamente altos em comparação com os registrados entre 1980 e 2003” (CEPAL, 2013, p. 7).

⁴ Para maiores detalhes, ver: <http://iirsa.org/>.

Panamá)⁵. Portanto, é preciso reconhecer que o desenvolvimento, entendido como crescimento econômico, é uma política de marcado caráter territorial, pois diz respeito às formas com que os recursos são gerados e distribuídos dentro de um determinado recorte político-geográfico.

A emergência dos territórios

Esse auge das políticas e práticas extrativistas no subcontinente latino-americano desencadeou um novo perfil de conflitos sociais, cuja ocorrência tem aumentado em número e abrangência em toda a região, ao longo do período. Observe-se que as grandes reservas de recursos naturais ainda não explorados e, portanto, passíveis de serem inseridos no ciclo econômico, encontram-se distribuídas em regiões nas quais a presença dos Estados-nacionais, seja através de suas instituições, seja através de sua infraestrutura, é escassa ou mesmo inexistente. Estamos falando de regiões de difícil acesso, em zonas fronteiriças, onde as populações existentes, sejam elas etnicamente diferenciadas ou não, muitas vezes vivem sob formas de organização social particulares, baseadas em usos e costumes de suas próprias culturas.

A chegada dos projetos extrativistas – “projetos de desenvolvimento” – a essas regiões, com todo o aparato técnico-tecnológico que lhes é inerente, causa impactos junto a essas comunidades uma vez que rompe os laços que as unem aos espaços por elas tradicionalmente habitado. Desfaz as formas de apropriação, geração e distribuição dos recursos através das quais essas comunidades se reproduziam material e culturalmente, para submetê-las aos padrões urbano-industriais das sociedades (supostamente) desenvolvidas.

Conclui-se, a partir do aqui exposto, que os conflitos causados pelos “projetos de desenvolvimento” são, na verdade, conflitos entre territorialidades. Entendemos uma territorialidade como sendo a forma com que um determinado coletivo social se apropria do seu espaço e dos recursos nele disponíveis, estabelecendo uma relação específica para a geração e distribuição dos recursos, que passa por um entendimento próprio de qual o significado do estar juntos em sociedade:

o processo de territorialização se configura essencialmente como o conhecer e aprender o lugar e, durante o mesmo, a comunidade humana não só observa, reconhece, prova, experimenta e comprova todo o presente no lugar, senão que, acima de tudo, o nomeia, precisamente, a partir de sua observação e experimentação com o existente. Este nomear será, então, o resultado de: (a) uma perspectiva ou ponto de vista desde onde o coletivo

⁵ Para maiores detalhes, ver: <http://www.proyectomesoamerica.org>.

social observa o mundo e o experimenta; e, (b) uma síntese conceitual da observação e experimentação com o mundo. Poderíamos dizer que o processo de territorialização é, em grande medida, o que configura um coletivo social como culturalmente diferente de outro, em tanto que, um mesmo elemento ao ser visto e experimentado desde perspectivas diferentes, seguramente gerará significações diferentes (QUINTERO, 2011, p.6; tradução própria).

O desenvolvimento, quando associado ao crescimento econômico, é uma territorialidade: implica na extração cada vez maior de recursos naturais, para alimentar a “necessidade” de uma produtividade crescente e incessante, gerando, assim, um modo específico de bem-estar social baseado no consumo de bens industrializados. As formas de vida que se veem enfrentadas por esses projetos também são territorialidades: organizam-se a partir de referenciais culturais próprios, entendem a necessidade de apropriação dos recursos a partir desses referenciais, e constroem seu bem-estar sem a necessidade de um aumento permanente nas expectativas de consumo.

O reconhecimento dessa tensão entre territorialidades não se dá apenas a partir de um movimento acadêmico em busca por novas chaves de interpretação da problemática social na América Latina. De fato, se observarmos hoje a ampla cartografia de tensões e conflitos gerados a partir dos projetos de desenvolvimento ao longo de toda a extensão do continente, veremos que há uma convergência nas formas através das quais as distintas comunidades e grupos sociais se organizam para defender seus direitos e enfrentar as ameaças que se interpõem em seus horizontes, o que permite a denominação desses movimentos como sendo movimentos territoriais⁶.

Independentemente da origem e/ou da matriz étnico-cultural, observa-se com cada vez maior frequência o surgimento e a manifestação de coletivos organizados em torno à defesa não apenas de seus territórios – entendidos enquanto habitat, espaço vivido – mas, acima de tudo, de suas territorialidades: a garantia do direito a exercer as práticas e costumes que caracterizam esses grupos enquanto unidades diferenciadas das sociedades hegemônicas e, conseqüentemente, o direito a encontrar sua “maturidade” na forma que lhes for adequada.

Origens de um novo perfil de mobilização

Falar sobre o conflito de territorialidades na América Latina implica refletir sobre o cenário

⁶ Sugere-se, a título de ilustração, a consulta às bases de dados oferecidas pelo Observatório de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL) (<http://www.conflictosmineros.net/>) e pelo Grieta (<http://www.grieta.org.mx/>).

político no continente nas últimas décadas e, mais especificamente, nos eventos ocorridos a partir de 1990. Essa reflexão é fundamental para a compreensão do cenário analisado aqui.

Recordemos, como ponto de partida, que a década de 1990 foi aquela em que as experiências neoliberais obtiveram maior êxito nos países latino-americanos, em especial na porção sul do continente. Por êxito queremos dizer aqui que, controlado o “monstro” hiperinflacionário que minava nossas economias, foi possível aos governos neoliberais darem sequência a uma série de reformas no sentido de abertura das economias, privatização dos ativos até então em mãos do Estado e, por fim mas não menos importante, flexibilização laboral, com reflexos diretos nas organizações sindicais.

Em suma: assistiu-se ali a um momento no qual as formas tradicionais de articulação política “nacionalista” ou “de esquerda” estiveram incapazes de oferecer uma oposição de maior contundência ao avanço aparentemente irrefreável das políticas (neo)liberalizantes. Lembremos que foi neste período que se abriu a possibilidade de reeleição presidencial na maior parte dos países sul-americanos e que os governos de então conquistaram sua permanência no poder através de eleições (aparentemente) livres. Ainda que os pormenores da política partidária e institucional sejam mais porosos do que nossa análise permite, é inegável que a estabilidade econômica (leia-se, controle da inflação) lhes conferia apoio popular.

O que buscamos aqui são os elementos que nos ajudem a compreender como, a partir de um determinado momento, novos atores surgiram no cenário político latino-americano, invertendo as posições já estagnadas de quem eram os protagonistas possíveis nas distintas políticas nacionais. Se os antigos articuladores já não ofereciam respostas, como se mobilizar para a superação de uma condição persistente (e possivelmente agravada) de fragilidade econômica e social?

Consideramos que o ponto de inflexão nesse percurso foram as mobilizações indígenas ocorridas em 1990 no Equador e, de forma mais emblemática, na Bolívia, onde uma grande mobilização de povos do oriente boliviano percorreu o país sob a bandeira da “Marcha Indígena pelo Território e pela Dignidade”. Esses momentos nos revelam alguns dos princípios que, paulatinamente, passariam a pautar a mobilização indígena no continente: (a) articulação em torno a referenciais próprios de mobilização; e (b) a inclusão da autonomia territorial como pauta prioritária. Em suma, podemos dizer que esse é o momento a partir do qual a política indígena deixa de ser a “política para os indígenas” e passa a ser a “política dos indígenas”. Há uma clara mudança no que diz respeito a quem enuncia e propõe as pautas e demandas daquelas comunidades, até então submetidas a uma relação quase paternal de submissão às

agendas políticas dos partidos, mais ou menos sensíveis a essas populações, conforme o caso.

De fato, e ainda que não nos seja possível esmiuçar os detalhes dos diferentes episódios que marcam a trajetória histórica desses países posteriormente àquele 1990, uma breve recopilação já nos dá uma ideia do vulto que atingiram: queda dos presidentes Jamil Mahuad (2000) e Lúcio Gutierrez (2005) no Equador; a Guerra da Água (2000) e a Guerra do Gás (2003) na Bolívia, são episódios de incontestável protagonismo indígena que seriam fundamentais para os eventos políticos que os sucederiam. Destaque-se, por fim, o papel desempenhado por organizações tais como, no Equador, a *Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador* (CONAIE) e, na Bolívia, a *Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano* (CIDOB) e o Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qollasuyu (CONAMAQ)⁷, que aglutinaram em torno a si as comunidades indígenas de suas regiões e/ou países. Esses nomes, veremos adiante, são emblemáticos para a compreensão da chave de leitura que está sendo proposta neste trabalho.

Esses episódios não são eventos desconectados de suas realidades, acontecimentos espasmódicos sem origem ou causa definida: eles respondem a contextos e conjunturas específicas, resultantes de longos processos. Assim, é preciso refletirmos por que, por exemplo, foi apenas na cidade boliviana de Cochabamba, no ano 2000, que a privatização de um serviço público foi desfeita, com a retirada do consórcio que havia assumido a atividade. Em países de longas tradições democráticas e sindicais como o Brasil e a Argentina não foi possível a construção de uma mobilização, seja em qual frente que se coloque, que pudesse barrar o avanço das privatizações.

Compartilhamos aqui da análise proposta pelo politólogo boliviano Luis Tapia (2008) em dois conceitos que, ao nosso ver, apresentem duas importantes chaves de leitura para esse processo: os “não-lugares” da política e as “estruturas de rebelião”. Ao analisar o cenário boliviano dos primeiros anos do século XXI, Tapia identificou que os movimentos que se alçavam à condição de protagonistas mobilizavam-se em torno a estruturas externas àquelas vinculadas à política “oficial”, os “lugares da política”. Não eram mais as centrais sindicais ou os partidos que carregavam consigo os anseios populares: as grandes vitórias conquistadas nos anos 2000 e 2003 foram protagonizadas por ligas de bairro (*juntas vecinales*) ou pela *Coordinadora em Defesa del Agua y de la Vida*, estruturas constituídas em torno a laços comunitários e a retomada das práticas ancestrais ainda vigentes nas relações cotidianas da população *cochabambina* e *alteña*, municípios em que essas batalhas foram travadas. Tapia coloca o

⁷ Ayllus e Markas são formas de organização sócio-espacial dos povos originários andinos, requisitadas enquanto eixo de articulação política.

foco nessas “estruturas de rebelião” que para ele são:

uma articulação das seguintes dimensões: forma de organização; uma história comum mais ou menos compartilhada enquanto experiência de fatos e sentidos; uma memória; um processo de acumulação histórica; projetos políticos; a constituição de identidades e sujeitos políticos; tudo isto em relação a um horizonte de clivagens sociais e políticas ou do que podemos chamar uma estrutura de conflito (TAPIA, 2008, p.70; tradução própria).

As vitórias populares mencionadas acima apontavam a um cenário extremamente promissor para a América Latina, o que pareceu confirmar-se com a eleição de presidentes cuja candidatura construiu-se através da aliança com os mesmos setores que as haviam protagonizado. Porém, a sequência dos fatos mostrou os limites possíveis a uma transformação política de efetivo rompimento com os laços coloniais ainda persistentes.

Aguirre Rojas (2015) afirma, em sentido convergente às interpretações aqui relatadas, a posição de vanguarda dentro da luta antissistêmica global obtida pelos movimentos sociais latino-americanos nas últimas décadas. Entre as características compartilhadas por esses movimentos, a despeito de suas diferenças específicas, o autor aponta:

- a) o fato de que são movimentos constituídos a partir de grupos marcados por uma clara condição de exclusão social e de serem considerados disfuncionais ao modelo capitalista;
- b) o fato de que são movimentos incluídos quanto aos demais setores excluídos em suas respectivas sociedades;
- c) a reivindicação, a partir do reconhecimento crítico da condição de exclusão, da autonomia em sentido amplo, não apenas frente ao Estado e ao sistema político instituído, mas também frente aos poderes econômicos, sociais e ideológicos hegemônicos;
- d) a reivindicação de formas de democracia direta que são, ao mesmo tempo, ancestrais e inovadoras;
- e) constroem organizações de marcado perfil horizontal; e
- f) recuperam, por distintos meios, uma radicalidade rebelde subalterna.

Conclusão

Alguns episódios são bastante emblemáticos da encruzilhada na qual se encontra a América Latina

hoje. A ascensão de políticos associados a uma ideia de esquerda, gerou uma onda de esperança entre aqueles/as que se perfilavam nessas fileiras. Imaginava-se que se poriam em prática outras formas de exercício político, associadas a outras formas de geração e redistribuição de recursos.

Porém, vê-se que o desenvolvimento, mais do que um conceito-limite, é um conceito-obstáculo: é quase impossível ultrapassá-lo no sentido de imaginação e criação de outras formas de melhoria das condições de vida da população que não acabem se tornando, ao fim e ao cabo, uma espécie de modernização da pobreza.

Talvez o mais emblemático exemplo seja o conflito gerado em torno à construção da rodovia que cruzaria o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), na Bolívia, que colocou em lados opostos o governo boliviano e os movimentos indígenas (particularmente a CIDOB) do oriente do país que haviam sido, naquele agora longínquo 1990, os detonadores desse novo perfil de mobilizações que acabaria criando as condições para a eleição desse mesmo governo que agora os reprimia e os criminalizava. A atuação do governo de Evo Morales, incitando a divisão dentro dos movimentos que se manifestavam contrários à suas políticas, não foi exclusividade boliviana: no Equador, a CONAIE foi violentamente atacada pelo governo de Rafael Correa.

É importante atentarmos para uma questão que pode, eventualmente, enublar nossa análise, que é o fato de que muitas vezes nos referimos a movimentos de povos tradicionais ou, o que pode ser equivalente, povos cujos territórios se encontram em zonas rurais. É importante termos algumas ideias melhor estabelecidas quanto a esse fato, para que não percamos de vista a importância que essas mobilizações têm para o conjunto das forças antissistêmicas, estejam elas em áreas urbanas ou rurais, sejam elas de povos tradicionais ou não.

Em primeiro lugar, a referência usual a esses movimentos se deve ao fato de que, sim, foram eles os protagonistas das mobilizações e conquistas de maior vulto, tanto no que diz respeito à extensão temporal-espacial de suas mobilizações quanto no que diz respeito ao impacto de suas conquistas. Utilizá-los como exemplo é um recurso expositivo que busca explicitar as características e potencialidades desses movimentos. Mas isso, de nenhuma forma, desmerece as experiências “silenciosas” que vêm ocorrendo ao longo e ao largo do continente.

Essas são, em consonância com a perspectiva oferecida por Scott (2000), aquelas às quais devemos prestar atenção, pelo fato de serem laboratórios de novas práticas sociais que, uma vez acumuladas, poderão, afinal, dar vazão a processos transformadores de maior escala.

Por fim, cabe também destacar que o fato de termos priorizado menções a movimentos do âmbito rural não descaracteriza a importância de trazermos essa análise aos espaços urbanos. Nesse sentido, o fato de o Brasil ser um país no qual a população originária é percentualmente residual, e que essas experiências de desenvolvam em espaços distantes, por vezes isolados, faz com que a maior parte da sociedade não se perceba como pertencente ao mesmo processo de exploração ao qual esses povos são submetidos. Há uma certa miopia que parece acometer a maior parte da população quanto ao avanço dos projetos extrativistas que ameaçam a existência dos povos tradicionais que faz com que, por mais que eventualmente se lastime os danos sofridos por esses povos, isso seja percebido como algo que não “nos” afeta.

Ledo engano! O ordenamento territorial excludente é um só, e afeta igualmente espaços urbanos e rurais. As consequências ambientais, para novamente ficarmos no exemplo mais óbvio e drástico, se fazem sentir de maneira indistinta quanto aos espaços habitados.

Nesse sentido, é fundamental compreender a importância da estratégia territorial também nos espaços urbanos. Compreensão essa que já vem sendo exercida por diversos movimentos em ocupações por motivos diversos: moradia, educação, alimentação, entre outros.

A partir do momento em que compreendermos que essas territorializações são materializações de outros imaginários sociais, com potencial e capacidade de romper com as lógicas hegemônicas excludentes, talvez aí estejamos aptos a vencer as barreiras que hoje limitam a ação de uma esquerda ainda presa aos mesmos cânones desenvolvimentistas que, ao que tudo indica, já demonstraram seu esgotamento.

Referências Bibliográficas:

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Antimanual del Buen Rebelde**: Guía de la Contrapolítica para Subalternos, Anticapitalistas y Antisistémicos. Ciudad de México: Editorial Contrahistorias, 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto: Os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (2002).

CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Recursos naturales**: situación y tendencias para una agenda de desarrollo regional en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2013a. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/0/52080/CELAC-Recursosnaturales.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

GARRETÓN, Manuel Antonio. "Las Ciencias Sociales ante la dictadura, la democratización y la sociedad del bicentenario". In: **Democracia y Cultura en tiempos neoliberales**. Seminario Internacional de las



Humanidades, Artes, Ciencias Sociales y de la Comunicación. Santiago, Chile, 2011. Disponível em: <<http://www.manuelantoniogarreton.cl/documentos/2014/ccss-ante-dictadura.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

QUINTERO Weir, José Ángel. **Reflexiones para la construcción autónoma de la educación indígena.** Zulia, Venezuela: Ediciones La Guarura, 2011.

SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia.** Discursos ocultos. México, DF: Ediciones Era, 2000.

SVAMPA, Maristella. Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, Héctor (Coord.). **La Naturaleza colonizada: Ecología Política y Minería en América Latina.** Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2011.

TAPIA, Luis. **Política salvaje.** La Paz: CLACSO/Muela del Diablo/Comuna, 2008.